

GUSTAVO CIVES **SEABRA**

- Noções Gerais
- Estatuto da Criança e do Adolescente  
Lei nº 8.069/90
- SINASE – Lei nº 12.594/12

  
EDITORA  
**CEI**

Manual de  
**DIREITO DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE**

**2023**

3ª edição

## SUMÁRIO

---

### PRIMEIRA PARTE NOÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO 1

O DIREITO INTERNACIONAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	26
1 Introdução .....	26
2 Declaração dos Direitos da Criança – 1959 .....	27
3 Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing) – 1985.....	29
4 Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) .....	32
4.1 Comitê para os Direitos da Criança .....	34
4.2 Protocolos facultativos .....	35
5 Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de RIAD (1990).....	37
6 Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade .....	39
7 Convenção de Haia relativa à proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (1999).....	39
8 Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (2000) .....	41

#### CAPÍTULO 2

A EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	42
1 Introdução .....	42
2 Primeira classificação doutrinária.....	43
3 Segunda classificação doutrinária.....	45
4 Terceira classificação doutrinária.....	48
5 Quadro síntese das diversas classificações .....	48

#### CAPÍTULO 3

DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR .....	50
1 Introdução .....	50
2 Doutrina da situação irregular .....	50
3 Doutrina da proteção integral .....	52
3.1 Crianças e adolescentes na Constituição de 1988.....	52
3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	53
3.3 Comparação entre a situação irregular e a proteção integral .....	55

## CAPÍTULO 4

DOS PRINCÍPIOS GERAIS.....	56
1 Introdução .....	56
2 Princípio da absoluta prioridade .....	56
2.1 Base constitucional/legal e natureza da responsabilidade.....	56
2.2 Conteúdo da prioridade absoluta .....	58
2.3 Conflito entre destinatários do princípio da prioridade absoluta .....	60
2.4 Forma de concretização do princípio e legitimados.....	61
3 Princípio do interesse superior da criança e do adolescente/melhor interesse da criança e do adolescente .....	62
3.1 Base normativa e conceito .....	62
3.2 Melhor interesse e Código de Menores.....	64
4 Princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.....	65
5 Princípio da vedação ao tratamento mais gravoso .....	67

## SEGUNDA PARTE

### O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### TÍTULO 1

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	71
1 Competência legislativa – um “Estatuto” para crianças e adolescentes .....	71
2 Conceito de criança e adolescente .....	72
3 Emancipação e sua influência no Direito da Criança e do Adolescente .....	72
4 Outras idades no ordenamento brasileiro .....	73
5 Da complementaridade dos direitos previstos no ECA .....	74

#### TÍTULO 2

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	76
---------------------------------	----

#### CAPÍTULO 1

DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE.....	76
1 Do início dos direitos da pessoa.....	76
2 Da gravidez humanizada .....	77
2.1 Direitos durante a gestação e o parto.....	77
2.2 Direitos após o parto .....	80
3 Da manifestação de entrega para adoção .....	80
3.1 Providências preliminares .....	81
3.2 Procedimento a ser seguido na Vara da Infância.....	81
3.2.1 Procedimento da audiência.....	83
3.2.2 Da sentença.....	84
4 Da mãe privada de liberdade.....	84
5 Dos deveres dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes .....	86
6 Atendimento integral à saúde .....	87
7 Vacinação e destituição do poder familiar.....	88

## CAPÍTULO 2

1	Direito à liberdade.....	92
2	Direito ao respeito.....	93
3	Direito à dignidade.....	94
4	Quadro expando os direitos previstos nos artigos 16, 17 e 18 do ECA.....	96
5	Direito a não ser educado com o uso de castigo físico ou tratamento cruel.....	96
5.1	Conceito de castigo físico e de tratamento cruel ou degradante.....	97
5.2	É possível educar com o uso de castigo moderado?.....	97
5.3	A prevenção ao castigo físico e tratamento cruel/degradante.....	98
5.4	Consequências do uso de castigo físico ou tratamento cruel/degradante.....	99

## CAPÍTULO 3

DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....		100
1	Disposições gerais.....	100
1.1	Princípios básicos.....	101
1.2	Poder familiar – conceito, terminologia e base legal.....	102
1.2.1	Poder familiar – quem exerce.....	103
1.2.2	Poder familiar – conteúdo.....	104
1.2.3	Poder familiar - descumprimento das obrigações.....	104
1.2.4	Poder familiar – extinção e perda.....	106
1.2.5	Poder familiar – restituição/restabelecimento.....	109
2	Da família natural e ampliada/extensa.....	109
3	Do reconhecimento dos filhos.....	110

## CAPÍTULO 4

DA FAMÍLIA SUBSTITUTA – DISPOSIÇÕES GERAIS.....		113
1	Introdução.....	113
2	Família substituta – modalidades.....	113
3	Consentimento.....	113
4	Crítérios norteadores para colocação em família substituta.....	115
5	Crítérios específicos para colocação em família substituta.....	116
6	Regras finais.....	117

## CAPÍTULO 5

DA FAMÍLIA SUBSTITUTA – GUARDA.....		118
1	Introdução – regime dualista da guarda.....	118
2	Hipóteses de cabimento.....	118
2.1	Regularizar a posse de fato.....	118
2.2	Guarda no curso do processo de tutela ou adoção.....	119
2.3	Situações peculiares ou falta eventual dos pais/responsável.....	119
2.4	Guarda em caso de acolhimento familiar.....	120
2.5	Guarda para regularização de serviços domésticos.....	120
2.6	Da guarda previdenciária.....	121
3	Obrigações decorrentes da guarda.....	121
4	Guarda e destituição/suspensão do poder familiar.....	121
5	Guarda e efeitos previdenciários.....	122
6	Aspectos processuais.....	124
7	Considerações finais.....	125

## CAPÍTULO 6

1	Introdução.....	126
2	Objetivo e características.....	126
3	Da competência.....	127

## CAPÍTULO 7

DA FAMÍLIA SUBSTITUTA – ADOÇÃO.....		128
1	Conceito.....	128
2	Requisitos.....	128
2.1	Idade do adotando.....	128
2.2	Idade dos adotantes.....	129
2.3	Requisitos para a adoção conjunta.....	130
2.4	Consentimento.....	132
2.5	Estágio de convivência.....	132
2.6	Interesse superior da criança e do adolescente.....	133
3	Vedações.....	133
3.1	Adoção por ascendentes e irmãos.....	133
3.2	Adoção por tutor ou curador.....	134
3.3	Adoção de nascituro.....	134
4	Características.....	136
4.1	Excepcionalidade.....	136
4.2	Irrevogabilidade.....	136
4.3	Ato personalíssimo.....	138
4.4	Incaducável.....	139
4.5	Atribui a condição de filho.....	139
5	Modalidades.....	139
5.1	Adoção unilateral.....	140
5.2	Adoção conjunta.....	141
5.3	Adoção por solteiros.....	141
5.4	Adoção <i>post mortem</i> /póstuma.....	142
5.5	Adoção <i>intuito personae</i> .....	143
5.6	Adoção internacional.....	146
5.7	Adoção à brasileira.....	147
6-	Adoção internacional.....	147
6.1	Adoção internacional em país não ratificante da Convenção de Haia.....	148
6.2	A expressão “adoção por estrangeiros”.....	149
6.3	Subsidiariedade.....	150
6.4	Autoridades Centrais.....	151
6.5	Procedimento.....	152
6.6	Brasil como país de acolhida.....	153
7	Sentença.....	153
7.1	Introdução.....	153
7.2	Efeitos da sentença.....	154
8	Adoção e licença maternidade/paternidade.....	155
9	Direito de conhecer a origem biológica.....	156

## CAPÍTULO 8

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO DESPORTO E AO LAZER.....	158
1 Introdução .....	158
2 Da educação .....	158
2.1 Base constitucional, abrangência e ensino sobre diversidade de gênero e orientação sexual .....	158
2.2 Da ausência de discricionariedade na oferta de educação .....	161
2.3 Educação e transporte .....	163
2.4 Outros direitos previstos no Estatuto relacionados à educação .....	163
2.5 Do ensino domiciliar – <i>homeschooling</i> .....	164
2.5.1 Conceito.....	164
2.5.2 Argumentos favoráveis à educação domiciliar .....	165
2.5.3 Argumentos contrários à educação domiciliar .....	166
2.5.4 Espécies de educação domiciliar.....	166
2.5.5 Decisão do STF sobre educação domiciliar – tema 822.....	167
3 Das providências para evitar a evasão escolar .....	169
4 Obrigações dos dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental.....	169
5 Da cultura, esporte e lazer .....	170

## CAPÍTULO 9

DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO .....	171
1 Introdução .....	171
2 As idades e o trabalho.....	171
3 Peculiaridades do trabalho de quem ainda não completou 18 anos .....	172
4 Caráter protetivo das normas que regulam o trabalho dos que ainda não alcançaram 18 anos...	173

## TÍTULO 3

DA PREVENÇÃO .....	175
--------------------	-----

### CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS .....	175
--------------------------	-----

### CAPÍTULO 2

DA PREVENÇÃO ESPECIAL – DA INFORMAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTES, DIVERSÕES E ESPETÁCULOS.....	178
1 Da classificação indicativa .....	178
2 Das “fitas”, revistas e publicações .....	180
3 Estabelecimentos impróprios .....	181
4 Quadro das condutas com as respectivas sanções administrativas .....	181

### CAPÍTULO 3

DA PREVENÇÃO ESPECIAL – DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	182
1 Caráter exemplificativo do artigo 81 do ECA .....	182
2 Análise de cada caso .....	182
3 Hospedagem de crianças e adolescentes .....	183

CAPÍTULO 4	
DA PREVENÇÃO ESPECIAL – DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR .....	185
1 Introdução, lei 13.445/17 e Resoluções do CNJ .....	185
2 Viagens nacionais .....	186
3 Viagens internacionais.....	186
4 Autorização e suspensão/destituição do poder familiar.....	187
5 Competência.....	187

## PARTE ESPECIAL

TÍTULO 1	
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO.....	193

CAPÍTULO 1	
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	193
1 Linhas de ação.....	194
2 Diretrizes da política de atendimento .....	195
2.1 Municipalização.....	195
2.2 Conselhos.....	195
2.3 Fundos.....	198
2.4 Integração.....	200
2.5 Outras diretrizes .....	201

CAPÍTULO 2	
DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	202
1 Conceito.....	202
2 Modalidades de programas de atendimento .....	202
3 Inscrição do programa e registro das entidades .....	203
4 Reavaliação do registro e da inscrição do programa .....	205
5 Recursos para implementação e manutenção dos programas .....	205
6 Princípios para as entidades com programas de acolhimento familiar e institucional.....	206
8 Outras regras sobre o acolhimento .....	207
9 Obrigações das entidades que desenvolvem programa de internação.....	208
10 Princípio da incompletude institucional.....	209
11 Princípio da incompletude profissional .....	209

CAPÍTULO 3	
DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO .....	211
1 Introdução – legitimidade para fiscalização das entidades.....	211
2 Das sanções.....	213
3 Do sujeito passivo das sanções.....	213
4 Outras regras sobre fiscalização das entidades .....	214

TÍTULO 2	
DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO .....	215

CAPÍTULO 1	
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	215

CAPÍTULO 2	
DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO .....	217
1 Introdução .....	217
2 Princípios das medidas de proteção.....	218
3 Procedimento para aplicar as medidas de proteção.....	218
4 Medidas protetivas em espécie.....	219
5 Do acolhimento institucional e familiar .....	220
5.1 Conceito e características.....	220
5.2 Autoridade competente. O Conselho Tutelar pode aplicar medida de acolhimento institucional?.....	221
5.3 Prazo de acolhimento e de reavaliação.....	222
5.4 Guia de Acolhimento .....	225
5.5 Plano individual de atendimento .....	225
5.6 Outras regras .....	226
5.7 Programa de apadrinhamento .....	227
5.8 Impugnação do acolhimento por meio de Habeas Corpus .....	229
6 As medidas de proteção e o registro civil.....	230

TÍTULO 3	
DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL .....	232

CAPÍTULO 1	
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	232
1 Introdução .....	232
2 Estrutura do crime e estrutura do ato infracional .....	233
2.1 Adolescente com doença mental e/ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	234
2.2 Casuística jurisprudencial.....	235
2.3 Prescrição das medidas socioeducativas.....	236
3 Inimputabilidade e tempo do ato infracional.....	237
4 Criança e ato infracional .....	238

CAPÍTULO 2	
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS .....	239
1 Introdução – direitos constitucionais repetidos no ECA .....	239
2 Da internação provisória .....	240
2.1 Hipóteses de cabimento .....	240
2.2 Natureza de medida socioeducativa.....	241
2.3 Prazo da internação provisória .....	242
2.4 Internação provisória pré-processual .....	243
2.5 Semiliberdade provisória.....	243



CAPÍTULO 3	
DAS GARANTIAS PROCESSUAIS .....	245
1 Devido processo legal.....	245
2 Outras garantias .....	246
CAPÍTULO 4	
DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	248
1 Conceito.....	248
2 Rol de medidas socioeducativas.....	249
4 Adolescentes com doença ou deficiência mental .....	251
5 Substituição e cumulação de medidas socioeducativas .....	251
CAPÍTULO 5	
DA ADVERTÊNCIA .....	253
1 Conceito e distinções .....	253
2 Autoridade legítima para aplicar a advertência.....	253
CAPÍTULO 6	
DA OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO .....	255
CAPÍTULO 7	
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE .....	257
CAPÍTULO 8	
DA LIBERDADE ASSISTIDA .....	259
1 Conceito e prazo.....	259
2 Conteúdo .....	260
3 Extinção .....	260
CAPÍTULO 9	
DO REGIME DE SEMILIBERDADE .....	261
1 Conceito.....	261
2 Das atividades externas.....	261
3 Incompletude institucional.....	263
4 Semiliberdade invertida.....	263
5 Hipóteses de cabimento .....	264
6 Prazo máximo .....	265
CAPÍTULO 10	
DA INTERNAÇÃO .....	267
1 Características gerais .....	267
2 Atividades externas.....	268
3 Prazo da internação .....	268
4 Da súmula 605 do STJ.....	269
5 Hipóteses de cabimento .....	270
5.1 Ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa .....	270

5.2	Reiteração no cometimento de outras infrações graves .....	271
5.3	Descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta internação-sanção .....	273
6	Medida socioeducativa de internação seguida de internação psiquiátrica .....	278
7	Normas finais .....	278

## CAPÍTULO 11

DA REMISSÃO .....		281
1	Introdução .....	281
2	Classificação da remissão.....	281
3	Características .....	281
4	Remissão cumulada com medida socioeducativa.....	282
4.1	Constitucionalidade da remissão imprópria .....	283
4.2	Necessidade de defesa técnica.....	284
4.3	Remissão imprópria apresentada pelo Ministério Público .....	284
4.4	Discordância do juízo acerca da remissão apresentada pelo MP .....	284
4.5	Remissão judicial e oitiva do MP .....	285
4.6	Descumprimento da medida socioeducativa aplicada na remissão imprópria.....	285
4.7	Revisão da medida aplicada por força de remissão .....	287
5	Aplicação de transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	287

## TÍTULO 4

DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL .....		288
1	Introdução .....	288
2	Das medidas e da competência para sua aplicação .....	288
3	Medidas aos pais no bojo de procedimento de apuração de ato infracional .....	289
4	Maus-tratos, opressão ou abuso sexual .....	290

## TÍTULO 5

DO CONSELHO TUTELAR.....		291
1	Introdução e conceito .....	291
2	Criação dos Conselhos Tutelares.....	292
3	Quem pode ser Conselheiro Tutelar? .....	293
3.1	Processo de escolha dos Conselheiros .....	294
3.2	Recondução dos Conselheiros Tutelares .....	295
4	Composição do Conselho Tutelar.....	296
5	Atribuições do Conselho Tutelar.....	296
6	Competência do Conselho Tutelar.....	298
7	Revisão dos atos do Conselho Tutelar e consequência do descumprimento de suas decisões ....	298
8	Afastamento do Conselheiro Tutelar de suas funções .....	299

## TÍTULO 6

DO ACESSO À JUSTIÇA .....		300
---------------------------	--	-----

## CAPÍTULO 1

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....		300
1	Atuação das Instituições do sistema de justiça .....	300

2	Gratuidade de justiça .....	301
3	Curadoria especial .....	302
4	Divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos.....	303

## CAPÍTULO 2

DA COMPETÊNCIA .....		304
1	Disposições gerais .....	304
2	Competência territorial .....	304
2.1	Competência territorial em matéria cível (protetiva).....	305
2.2	Competência territorial em matéria infracional.....	307
2.3	Competência para execução das medidas .....	308
2.4	Competência em casos de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão que atinja mais de uma comarca.....	309
3	Competência em razão da matéria .....	309
3.1	Competência exclusiva – artigo 148, <i>caput</i> .....	310
3.2	Competência condicionada.....	311
4	Caráter exemplificativo do artigo 148.....	312
5	Competência para edição de portarias e concessão de alvarás .....	313
5.1	Conceito.....	313
5.2	Portarias e alvarás natureza jurisdicional ou administrativa?.....	313
5.3	Casuística dos incisos I e II do artigo 149 do ECA.....	314
5.4	Parâmetros da decisão .....	315
5.5	Determinações de caráter genérico – o “Toque de Recolher” e o “Rolezinho” .....	315
6	Dos serviços auxiliares .....	316

## CAPÍTULO 3

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS PROCEDIMENTOS .....		317
1	Introdução .....	317
2	Prazos aplicados nos procedimentos do ECA.....	317
3	Poder geral de cautela do juiz.....	318
4	Destinação das multas .....	318

## CAPÍTULO 4

DO PROCEDIMENTO DE PERDA E SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR E PROCEDIMENTO DE DESTITUIÇÃO DA TUTELA.....		319
1	Introdução e competência .....	319
2	Legitimidade ativa e passiva.....	319
3	Linhas básicas do procedimento .....	321
4	Da restituição/restabelecimento do poder familiar.....	326
5	Da destituição da tutela .....	326

## CAPÍTULO 5

DO PROCEDIMENTO PARA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.....		327
1	Introdução .....	327
2	Competência.....	328
3	Peculiaridades do procedimento.....	328

## CAPÍTULO 6

DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRAACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE .....	332
1 Introdução .....	332
2 Fase policial .....	332
3 Oitiva informal ou “fase ministerial” .....	334
4 Fase Judicial.....	337
4.1 Representação – existe ação socioeducativa privada ou condicionada à manifestação do ofendido?.....	338
4.2 Providências após o oferecimento da representação .....	339
4.3 Não comparecimento do adolescente à audiência de apresentação – é possível cogitar de revelia na ação socioeducativa?.....	340
4.4 Adolescente comparece à audiência de apresentação.....	342
4.5 Sentença.....	343
5 Outras peculiaridades do procedimento.....	344
6 Reconhecimento do ato infracional e efeitos em eventual processo criminal na vida adulta .....	348

## CAPÍTULO 7

DO PROCEDIMENTO PARA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	350
1 Introdução .....	350
2 Requisitos.....	350
3 Sigilo e resguardo do policial.....	351
4 Disposições finais .....	352

## CAPÍTULO 8

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM ENTIDADES DE ATENDIMENTO .....	353
1 Introdução .....	353
2 Legitimidade ativa e competência.....	353
3 Natureza do procedimento e necessidade de profissional habilitado em favor da entidade.....	354
4 Do procedimento.....	355

## CAPÍTULO 9

DA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE .....	357
1 Introdução e competência .....	357
2 Legitimidade ativa.....	357
3 Natureza do procedimento.....	358
4 Do procedimento.....	359

## CAPÍTULO 10

DA HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO.....	361
1 Introdução .....	361
2 Peculiaridades do procedimento.....	361
3 Reavaliação e exclusão dos cadastros.....	363
4 Momento de acionar o cadastro de adotantes .....	365

CAPÍTULO 11	
DOS RECURSOS .....	367
1 Introdução .....	367
2 Dispensa de preparo.....	368
3 Prazo recursal .....	368
4 Prioridade de julgamento.....	370
5 Efeitos dos recursos.....	371
5.1 Introdução .....	371
5.2 Efeito suspensivo e devolutivo .....	372
5.2.1 Redação original do ECA .....	372
5.2.2 Redação atual do ECA .....	372
5.2.3 Efeitos do recurso contra decisão que aplicou medida socioeducativa .....	373
5.3 Efeito regressivo ou efeito de retratação.....	377
6 Aplicação da técnica de ampliação de julgamento aos recursos relacionados à apuração de ato infracional .....	378
CAPÍTULO 12	
DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	381
1 Introdução .....	381
2 Das atribuições.....	381
3 Regras finais .....	384
CAPÍTULO 13	
DO ADVOGADO.....	385
1 Introdução .....	385
2 Intervenção da defesa técnica – o Defensor da criança .....	385
CAPÍTULO 14	
DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS .....	389
1 Introdução .....	389
2 Da competência.....	391
3 Da legitimidade .....	393
4 Do recurso.....	394
5 Das despesas, dos honorários e das multas.....	394
TÍTULO 7 .....	396
DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	396
CAPÍTULO 1	
DOS CRIMES .....	396
1 Das disposições gerais .....	396
2 Da escuta protegida de crianças e adolescentes – Lei 13.431/2017 .....	398
3 Dos crimes em espécie .....	399

CAPÍTULO 2	
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	423
1 Introdução .....	423
2 Das infrações administrativas .....	424

TERCEIRA PARTE

**SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE**  
**LEI 12.594 DE 2012**

TÍTULO 1 .....	435
DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE.....	435

CAPÍTULO 1

DA INTRODUÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS.....	435
1 Dos objetivos das medidas socioeducativas.....	436
1.1 Responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação .....	437
1.2 A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento.....	437
1.3 Desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.....	438
2 Características das medidas socioeducativas.....	439

CAPÍTULO 2

DAS COMPETÊNCIAS.....	441
-----------------------	-----

CAPÍTULO 3

DOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO .....	443
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 4

DA EFETIVIDADE DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO .....	446
1 Do financiamento e da avaliação e acompanhamento do atendimento socioeducativo .....	446
2 Da responsabilização dos gestores, operadores e entidades de atendimento.....	447

TÍTULO 2

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	449
--	-----

CAPÍTULO 1

DOS PRINCÍPIOS.....	449
---------------------	-----

CAPÍTULO 2

DOS PROCEDIMENTOS .....	454
1 Disposições gerais .....	454
2 Da reavaliação .....	455
3 Da substituição por medida mais gravosa .....	457

CAPÍTULO 3	
DA UNIFICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	461
1 Introdução .....	461
2 Momento da unificação.....	461
3 Regra geral da unificação na LEP e no SINASE.....	462
4 Regras específicas sobre a unificação no SINASE .....	464
CAPÍTULO 4	
DA EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA, MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO E SANÇÃO DISCIPLINAR DE ISOLAMENTO.....	468
1 Causas de extinção da medida socioeducativa .....	468
2 Do mandado de busca e apreensão .....	470
3 Da revisão de sanção disciplinar .....	471
CAPÍTULO 5	
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS .....	473
1 Considerações gerais.....	473
2 A superlotação nas unidades socioeducativas e o artigo 49, II do SINASE .....	473
CAPÍTULO 6	
CAMINHO SOCIOEDUCATIVO .....	477
1 Introdução .....	477
2 Plano individual de atendimento .....	477
3 Da atenção à saúde .....	478
4 Da visitação .....	478
5 Do regime disciplinar .....	479